

CONDIÇÃO DA MULHER NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Aline de Jesus Pinto¹

Resumo

Na curvatura de uma construção histórica a mulher se manteve submissa a um complexo processo que determinou seu papel comportamental e social diante do mundo. Restando-lhes de herança um presente oriundo de um passado disperso, confuso, fragmentado. Entre as práticas da vida pública e o território obscuro da vida privada as mulheres calaram-se durante séculos, confiando suas memórias ao silêncio. As idéias disseminadas no decorrer da história brasileira instituíaam o modelo que preconizava para as mulheres o casamento, a maternidade, e os afazeres domésticos como destino moral e inexorável.

Palavras-Chaves: Mulher, história, silêncio.

Abstract

In the bending of a historical construction the woman if kept submissa to a complex process that ahead determined its manning and social paper of the world. Remaining of inheritance a deriving gift to them of a dispersed, confused past, broken up. She enters the practical ones of the public life and the obscure territory of the private life the women had kept silent during centuries, having trusted its memories to silence. The ideas spread in elapsing of Brazilian history instituíaam the model that praised for the women the domestic marriage, maternity, and tasks as moral and inexorable destination.

Word-Key: Woman, history, silence.

Introdução

Estamos acostumados com a idéia de que vivemos numa sociedade violenta. Aquela que chega até nós através dos jornais, revistas, rádio e televisão é, porém, a face mais visível da violência. A face menos visível muitas vezes sempre esteve e continua escondida e, nem sempre é reconhecida por fazer parte do modo de viver da sociedade. Esconde-se naquilo que, para Chauí, se chama de senso comum, ou seja, no conjunto de crenças, valores, saberes e atitudes que julgamos naturais porque,

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), concluinte do Curso de Pós graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UESB (Campus de Itapetinga-Ba). E-mail: enilap2@yahoo.com.br. Endereço residencial: Rua Laudícea Gusmão, nº 284, apto. 306, Centro, CEP 45035-505, Vitória da Conquista-BA.

transmitidos de geração a geração, sem questionamentos, nos dizem como são e o que valem as coisas e os seres humanos, como devemos avaliá-los e julgá-los. Quando este senso comum se cristaliza como modo de pensar e de sentir de uma sociedade, forma o sistema de preconceito (Dallari 1996/1997). Esse sistema de preconceitos ou representações permeia as relações sociais, afetando-as de forma profunda e negativa, estabelecendo diferenças entre pessoas, negando direitos fundamentais e gerando conflitos, silêncios ou ocultamentos. Isso tem efeitos devastadores: perda de respeito pela pessoa humana; restrição à liberdade; introdução da desigualdade; estabelecimento e manutenção da discriminação e promoção da injustiça.

Percorrendo pela História Social das Mulheres poderíamos nos perguntar para que serve a história das mulheres. E a resposta viria simples: Para fazê-las existir, viver e ser. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da História. Acreditamos que não interessa ao historiador fazer a história das mulheres em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas e mártires, o que seria de um terrível anacronismo. Sua função maior deve ser a de enfocá-las através das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade as quais estavam inseridas. Como diz Perrot:

Os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e a uma sociedade que privilegiou o público, único domínio direto da intervenção do poder e campo dos verdadeiros valores. E desse domínio reservado aos homens elas estiveram ausentes durante muito tempo. (PERROT, 1989:10)

A história das mulheres não é só delas, é também a história da família, do trabalho, da mídia, da sexualidade, das vivências sofridas, dos amores e sentimentos. E para tal debate faz-se necessário valer-se da categoria de “gênero” como categoria de análise. Como afirmou Scott (1992:5, 19), gênero é uma categoria útil de análise histórica, por induzir a compreensão de homens e mulheres em termos relacionais. É um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; é o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Neste sentido, concordamos com BLAY (1985) quando diz que é necessário um novo olhar sobre as trajetórias, descobrir os obstáculos e construir estratégias para superar as velhas e novas formas de desigualdade de gênero. A manutenção e reprodução dos preconceitos de gênero está na base daquilo que se costuma chamar de repressão sexual e que Chauí (1999:9) define como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas historicamente e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade.

Com base nesta abordagem, a presente pesquisa tem como objetivo desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articulá-se com o fato social que ela fabrica e do qual faz parte integrante. Para tanto foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais que possibilitaram a revisão literária referente a imagem feminina no período colonial, imperial e republicano.

1. Imagem feminina no Brasil Colonial

Constata-se, na História do Brasil Colonial, que o modelo feminino era de uma mulher tímida, recatada e comprometida com os afazeres domésticos. Por se considerada, desde a Idade Média, como o “sexo frágil”, a moral cristã, juntamente com os diversos setores sociais irão procurar limitar, ao máximo, a atuação feminina.

Os discursos proferidos por padres, moralistas e familiares tentarão delimitar as funções e espaços cabíveis a mulher de acordo com a sua suposta natureza feminina. A vigilância era exercida por pais e tutores, sendo particularmente severa em relação às práticas sexuais. A pressão era exercida pela Igreja no adestramento dessas mulheres, lembrando-lhes o mito do édem e justificando-se através de que “o homem era superior e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade” (ARAÚJO, 1997). Esta, através de um discurso que preparava a mulher para ter seus sentimentos domesticados e abafados vigiava também os pensamentos, os sonhos e os desejos através das confissões com perguntas acerca da conduta. No despertar da sexualidade feminina esperava-se que rapazes bem intencionados tomassem a iniciativa de fazer “a côrte” essas mulheres que, como visto, eram tímidas e recatadas. De acordo com a moral e os bons costumes, tanto o consentimento do pai como a vigilância das tias e criadas de confiança, eram procedimentos indispensáveis nos moldes de comportamento deste período.

Ao estatuto biológico da mulher, estava sempre associado outro, moral e metafísico. Como explicava o médico mineiro Francisco de Melo Franco em 1794, se as mulheres tinham ossos “mais pequenos e mais redondos”, era porque a mulher “era mais fraca que o homem”, Suas carnes mais moles [...] contendo mais líquidos, seu tecido celular mais esponjoso e cheio de gordura “em contraste com o aspecto musculoso que se exigia do sexo masculino, expressava igualmente a sua natureza amolengada e frágil, os seus sentimentos “mais suaves e ternos”. Para a maior parte dos médicos, a mulher não se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e por suas características morais. (DEL PRIORE, 1997, p. 79)

No que se refere à educação, esta era voltada ao tradicional ensino de prendas domésticas. Ler e escrever pressupunha o mínimo, de educação formal, o que podia realizar-se em casa ou em recolhimentos (lugares nos quais as moças levavam uma vida recatada, indicando um estilo de vida convencional em ambiente de clausura). O programa de estudos destinado às meninas apresentava diferenças daquele dirigido aos meninos. Quanto às disciplinas comuns, ministradas separadamente, cabia a estas um aprendizado leve e superficial. Apenas mais tarde, as moças que se destinavam aos conventos, aprendiam latim e música; as demais restringiam-se às questões do funcionamento do lar. Percebe-se, no entanto, que o projeto educacional destinado às mulheres da sociedade colonial destacava a realização destas na união matrimonial.

Tendo como objetivo torná-las hábeis na arte de prender seus maridos e filhos, sem que eles percebessem a mão que os dirigiam nem a “cadeia” que os

prendiam. Devia-se em outras palavras, aguçar seu instinto feminino na velha prática da sedução, do encanto.

A maior preocupação das mães estava relacionada com o despertar da sexualidade das filhas. Poucas informações lhes transmitiam e muitos questionamentos eram feitos, como por exemplo: as mães indagavam sobre o que as meninas eram capazes de sentir na idade de 12 ou 13 anos e, em contrapartida, as incitavam a fazer aquilo que poderia enfraquecer “os agulhões da carne”. Desde cedo a mulher devia ter seus sentimentos devidamente domesticados e abafados. A própria Igreja, que permitia casamentos precoces, cuidava, por meio do confessorário, vigiar todos os atos, gestos e até mesmo, aquilo que as mulheres tinham de mais abstrato, os sentimentos, sonhos e desejos.

Com o desejo e as sensações pretensamente domados, vinha então o casamento, que podia ser com um homem bem mais velho (entre trinta e sessenta anos), o qual passará a ser seu senhor e marido. Ambos deveriam assumir o compromisso conjugal e aceitar as restrições da Igreja, pois a união conjugal, bem como o ato sexual, destinava-se não aos prazeres da carne, seu fim básico era a procriação. Ao contrário do que se pode pensar, o ato sexual não deveria ser evitado, pois cabia tanto ao homem quanto a mulher empenhar-se no pagamento do “débito conjugal”. O que se impõe são algumas regras quanto à condução e execução do ato de copular, diante das quais, o desejo da mulher devia ser apenas insinuado, e segundo os manuais de confessores, o marido tinha de estar atento e apto a perceber e os sentimentos e intenções ocultos com astúcia. No que se refere à maternidade, a visão da sociedade misógina é que, a mulher ao tornar-se mãe, teria atingido o ápice de sua vida. Ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, ainda assim, era constantemente lembrada de sua permanente submissão ao homem. O discurso médico-higienista confirma o tipo ideal de homem e de mulher, onde as condutas sexuais masculinas e feministas são reduzidas às “funções sócio sentimentais de pai e de mãe”. Essa educação desencadeou o machismo e a repressão sexual, tomando-se como modelo a família nuclear biparental, heterossexual, monogâmica higienicamente tratada e regulada (COSTA, 1999).

Entretanto, esse ideal de adestramento que preocupava e prevalecia na sociedade, introjetado por diversos setores, âmbitos sociais, valores tradicionais, mecanismos informais de coerção, pela Igreja e, até mesmo, por parte das próprias mulheres, não era alcançado por inteiro. Os desvios da norma, não eram tão incomuns naquela sociedade colonial.

Em meio a tanta repressão, as mulheres para serem notadas, chamarem atenção, manifestar e exercer sua sexualidade, utilizavam várias formas, dentre elas o vestuário, ou a falta dele. Trajes sumários, trajes excessivos, descompostos, todos eram artifícios culturalmente aceitos e admirados para incitar o desejo masculino, confirmar posição social e sublimar a sedução do feminino... (BASSANEZI, p.615)

A sexualidade feminina na época colonial manifestava-se sob vários aspectos, sempre se esgueirando pelos “desvãos” de uma sociedade misógina, suportando a culpa do pecado a ela atribuído pela Igreja. A mulher poderia desempenhar o papel de mãe, irmã, filha, religiosa, mas de modo algum amante. Em

caso de adultério flagrante, o marido tinha, com a permissão da lei, o direito de até mesmo matar a esposa e o adúltero. Dentre outras práticas e penalidades utilizadas pelo marido ofendido, destacava-se a condenação da adúltera ao recolhimento, ao divórcio ou separação.

2. Imagem feminina Brasil Imperial

No que se refere ao Brasil Imperial ainda se percebe que a vertente conservadora da sociedade, marcada pela Igreja Católica, mantém enorme influência no controle das mulheres de todas as classes sociais. A sexualidade, por princípio um pecado, era ainda controlada em todos os níveis. Valorizava-se a virgindade, a reprodução, recriminava-se o prazer sexual, e culminava-se impondo regras morais que fortaleciam todos os tabus sexuais. A vida cotidiana era normalizada com todo tipo de regras para evitar o que a Igreja considerava pecado: controlava o modo de vestir, a estética do corpo, o andar e o comportamento em qualquer situação social. A normalização se impunha nos âmbitos íntimos e privados culpabilizando qualquer contato até mesmo com o corpo. Durante este período, escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como mecanismos de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis e até sentimentos esperados em determinadas situações. Não se pode esquecer, no entanto, que se esse século foi sombrio para as classes trabalhadoras européias, para as mulheres e para os colonizados, foi também o século em que surgiram os movimentos sociais, o socialismo e os movimentos vinculados à mulher: o feminismo, o sufragista e a Nova Mulher.

Diante desta nova configuração que definiu o indivíduo como o entendemos hoje, foi restabelecido também o papel da mulher, dos nativos do mundo não-europeu, assim como, o papel designado a outras culturas. Como diz Telles (1999:50), neste contexto a mulher passou a ser ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar. Desobedecendo a esses critérios, encontrava-se no em seu oposto, as mulheres fatais e as decaídas. Tanto anjo/perversa quanto bom selvagem/selvagem traçoeiro eram tipos ideais sem correspondência no vivido. A cultura se fundava em binarismos e oposições tais como natureza/cultura, pai/mãe, homem/mulher, superior/inferior, que relacionam em última instância a mulher com o outro, a terra, a natureza, o inferior a ser dominado ou guiado pela razão superior e cultura masculina. O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando assumiam atividades que não lhes eram culturalmente atribuídas, eram tidas como potência do mal. Conforme podemos verificar, esse discurso que naturalizou o feminino, colocando-o além ou aquém da cultura, era nitidamente atravessado pela separação entre o universo masculino e feminino. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição. Ou seja, o que lhe cabe é uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria. Como destacou TUCHER e MONEY, em 1975:

No que se refere ao aspecto biológico, os seres humanos podem ser, como todos os mamíferos, machos ou fêmeas, sendo que a diferença entre eles é restrita: quando chegamos aos imperativos biológicos reservados a todos os homens e mulheres, verificamos que existem apenas quatro: somente o homem pode fecundar; só a mulher pode menstruar, gestar e amamentar. (TUCHER e MONEY 1975, p36 apud BLAY, 2002, p.60)

Dessa forma, Eva Alterman afirma que homens e mulheres viviam a sexualidade de maneiras diferentes e socialmente definidas. É no campo da sexualidade que as desigualdades sociais entre homens e mulheres surgem com mais força.

A mulher se instala como reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo, das atividades femininas; e ainda, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados, esposa dedicada ao marido e às crianças, e desobrigada de qualquer trabalho produtivo, representavam o ideal de retidão e proibibilidade, um tesouro social imprescindível. Emblemas desse mundo fechado, a boa reputação feminina e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo marcaram o processo de urbanização do país.

A vida urbana no início do século XIX praticamente inexistia no Brasil, temos então um enorme país rural, no qual o estilo de vida da elite dominante na sociedade brasileira era marcado por influências do imaginário da aristocracia portuguesa do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista. A chamada família patriarcal brasileira comandada pelo pai, detentor de enormes poderes sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitavam a casa grande e dominava a senzala. O estilo aristocrático de vida não era encontrado em outros setores da economia colonial, especialmente entre os pequenos proprietários e em várias áreas onde a grande plantação não existia. O requinte também estava longe de marcar o cotidiano da população urbana, em grande parte considerada vagabunda e perturbadora pelos viajantes da época e pelas elites que viviam nas cidades - entre elas, os integrantes da administração portuguesa imperial.

A via doméstica ganha sua interiorização, ao mesmo tempo em que as casas mais ricas se abriam para uma espécie de apreciação pública por parte de um círculo restrito de familiares, parentes e amigos. As salas de visita e os salões - espaços intermediários entre o lar e a rua - eram abertos de tempos em tempos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas. Nesses lugares, a idéia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia se à avaliação e opinião dos "outros". A mulher, de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre - "a convivência social dá maior liberdade às emoções" - não só ao marido ou ao pai cabia vigiar seus passos; sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a se comportar em público, a conviver de maneira "educada".

Cada vez mais é reforçada a idéia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa. Os cuidados e a supervisão da mãe passam

a ser muito valorizados nessa época, ganha força a idéia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob influência de amas, negras ou “estranhos” para não correr o risco de juntar-se aos chamados, pejorativamente, de “moleques da rua”.

Da esposa do rico comerciante ou do profissional, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima. Os homens num certo sentido eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Por esse motivo a mulher deveria ser um modelo, uma pessoa fiel, mãe cuidadosa, avisada dona de casa e, acima de tudo, deveria amar incondicionalmente seu marido. Ao escolher uma esposa, os homens levavam em consideração tanto seu comportamento como aspectos exteriores de sua vida, pois estas significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (serviçais) cuidavam da imagem do homem público aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres dos quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social.

Ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e filhos o papel feminino é redefinido e ao mesmo tempo é reservado para as mulheres novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Nesta perspectiva, iremos perceber o importante papel exercido pelos meios educativos, médicos e culturais, sobretudo, a imprensa na formulação de uma série de propostas que objetivavam fornecer às mulheres uma educação básica que visasse atender ao seu papel de guardiã do lar e da família. No caso da medicina, podemos falar que sua contribuição foi favorável, na medida em que combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem o máximo dos afazeres domésticos. Ao comentar ainda sobre o papel da medicina neste Brasil Imperial, Margareth Rago acrescenta:

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-de família. (RAGO, 1997, p. 75)

Considerada base moral da sociedade, a esposa e mãe deveria adotar regras castas, no encontro sexual como o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. Já no que se refere as mulheres pertencentes às classes mais baixas, ou sem tantos recursos, a literatura do período informa é que estas, tiveram maiores possibilidades de poder amar pessoas de sua condição social, uma vez que o amor, ou expressão da sexualidade, caso levasse a uma união, não comprometeria as pressões de interesses políticos e econômicos.

As mulheres de mais posses sofreram com a vigilância e passaram por constrangimentos em suas uniões, de forma autoritária ou adoçada, na sua vida pessoal. Para elas talvez o amor tenha sido um alimento do espírito e muito menos uma prática existencial. Nos casamentos das classes altas, a respeito dos quais tem-se documentos e informações, o atestado de virgindade era um requisito fundamental nas uniões. Esta funcionava como um dispositivo para manter os status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade de que garantia linhagem da parentela. No intuito de impedir a aproximação dos corpos antes do casamento, muitas mulheres do passado foram conhecer seus maridos no dia da cerimônia. O afrouxamento da vigilância e do controle sobre os movimentos femininos foi possível porque as próprias pessoas, especialmente as mulheres, passaram a se autovigiar. Aprenderam a se comportar. Depois de tantas leituras sobre heroínas edulcoradas, depois de tantos suspiros à janela, talvez lhe restasse a rotina da casa, dos filhos, da insensibilidade e do tédio conjugal. Pode se sentir por parte da mulher, o cultivo da domesticidade e dos deveres de ser esposa. Toda fragilidade e, ao mesmo tempo, fortaleza de mãe, é sublimada. O ideal de maternidade dedicada marca presença em publicações para mulheres, romances e obras de arte do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

A “nova mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar [...] A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho dos pais. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento na nação. (RAGO, 1977, p.80)

3. Imagem feminina Brasil Republicano

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, avançava a idéia da mulher sobre outras abordagens. A Nova Mulher, idéia inicialmente difundida na Europa, vinha tentar substituir aquela mulher solteirona da literatura e opinião pública, a mulher sexualmente reprimida, a velha tia solteira, etc. A Nova Mulher pretendia ser sexualmente independente e empenhava-se em criticar os valores tradicionais impostos pela sociedade. Como disse Perrot (1998:91) “não existe mais o percurso simples, mas os mil atalhos das intrigas particulares e dos conflitos externados por aspirações de mudanças.” Curiosidades e ousadias levavam as moças a transgredirem alguns dos valores impostos, como, por exemplo, ler coisas proibidas, fumar, explorar a sexualidade de penteados e roupas, investir no futuro profissional, negar o casamento como única opção de vida e discordar dos pais eram algumas das posturas adotadas por algumas mulheres, vistas socialmente como rebeldes ou levianas. Contestar a moral sexual ou até mesmo abrir mão da virgindade eram também atitudes condenadas e discriminadas, as quais faziam parte do universo de

posturas desviantes e ilícitas. No entanto, cabe nos ressaltar que tais formas de comportamento contribuíram para contestar e ampliar os limites impostos ao mundo feminino, provocando assim, uma mudança no status social das mulheres.

Tendo tido maiores oportunidades de estudo e desenvolvimento fora do casamento, algumas mulheres, privilegiavam as carreiras profissionais e, na medida em que avançavam profissionalmente e iam ocupando espaços significativos no mercado de trabalho, a Nova Mulher, educada e sexualmente livre, acordou as vozes dos domínios conservadores da sociedade que se ergueram para gritar alto que tais ambições só trariam enfermidades, esterilidade e degeneração da espécie. Ao argumentar seus discursos preconizavam que as mulheres ao se tornarem profissionais remuneradas e escolarizadas (a participação feminina no mercado de trabalho demandou uma maior escolaridade, crescendo a procura por outros cursos que não fossem o Magistério ou a educação voltada ao lar, no entanto, esta educação com vistas ao mercado de trabalho não era vista como adequada às moças, cabendo-lhes a chamada “cultura geral²”) provocariam uma incompatibilidade entre o casamento e a vida profissional. Eva Blay ressalta que:

Atributos ligados à maternidade foram, por longo tempo, e continua sendo usados para inferiorizar as mulheres nas sociedades. Fatores biológicos como gravidez, menstruação, aleitamento, constituem álibis para impor uma divisão social do trabalho desqualificado para as mulheres. Assim o mercado de trabalho pretere a mulher para cargos mais familiares a cumprir... (BLAY, 2002:10)

Completam o discurso dizendo: “o trabalho feminino viria ameaçar não apenas a organização doméstica como também a estabilidade do matrimônio (...) Em relação à política, seria melhor nem pensar, pois as decepções viriam a azedá-las. E sempre existia o perigo destas se envolverem em disputas, pois elas, é sabido, são sempre despóticas (...) O “sexo gentil” dotado de natural despotismo, não era talhado para embates da política ou das letras”. Seguindo a trilha de Havelkova (*apud* Eva Blay 2002:10) “mais uma vez estes fatores têm sido usados para discriminar a mulher no trabalho e na estrutura de poder político”.

Embora as idéias da Nova Mulher estivessem se difundindo entre as mulheres no Brasil, elas encontraram aqui uma oposição muito forte. No número 425 da Revista Ilustrada, de 1886, um artigo intitulado “O eterno feminino” começava lembrando que não iam longe os tempos em que os honrados pais de família se opunham a que suas filhas aprendessem a ler para evitar que enviassem bilhetes aos namorados, esquecendo-se, pobres ingênuos, que os mesmos recadinhos mais rápidos circulavam de viva voz. O artigo continuava. Assinalava que tanto na Corte quanto nas províncias se espalhava a propaganda das reivindicações do “sexo gentil”. Portanto, “é tempo de examinar se a educação da mulher deve ser ampliada”, se ela deve ter os mesmos direitos que os homens. Concluía que a educação deve ser ampliada, mas o círculo “não pode ter grande raio”. Podia-se, incrementar um pouco sua educação para se tornar mais atraente na sociedade, mas isso bastava, de resto

² A menina é induzida a determinadas escolhas de atividade como a docência, enfermagem, pediatria, dermatologia, sob o pretexto de compatibilizar a vida profissional com as tarefas domésticas e familiares, atribuídas a elas. (BLAY,1985:11)

seria melhor ficar com o bastidor Desde que começou a surgir a Nova Mulher, o discurso dominante reforçou os estereótipos antigos. Numa citação de uma revista feminina da época, Querida, dizia que:

Lugar de mulher é o lar, essa tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia e como mulher no decorrer da noite é a causa de muita infelicidade nos lares.

Reforça tal citação dizendo:

Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podiam competir com eles no seu terreno, o que freqüentemente as leva a um eventual repúdio de seu papel feminino.

Muito influenciadas pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas, as elites intelectuais e políticas do começo do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e atuação. Formava-se a moderna esfera pública, espaço em que as novas formas de interação social, bem como as relações entre mulheres e homens, passavam a se pautar por modelos europeus, especialmente franceses e ingleses. As elites trocaram a vida fechada e isolada do mundo rural e dos pequenos núcleos urbanos, que tinham a igreja como principal espaço de sociabilidade, pelas novas formas de reunião social e de diversão abertas com a modernização das cidades. O teatro e a ópera tornaram-se os principais pontos de encontro, seguidos pelas confeitarias, restaurantes e cafés - concerto. As mulheres de classe média e alta abandonaram as roupas sóbrias e sisudas e passaram a se vestir de acordo com os ditames da moda francesa. As costureiras francesas começaram a ser procuradas por mulheres de famílias ricas e por cortesãs de luxo, estas financiadas pelos coronéis endinheirados. Na época, os cinemas atraíam um número crescente de público, seduzindo a platéia com atrizes e atores norte-americanos. Os esportes, do ciclismo ao futebol, eram valorizados por todas as classes sociais. Nos anúncios e propagandas que os jornais publicavam, encontrava-se uma grande quantidade dos novos divertimentos, como piqueniques, bares, cinemas, teatros, restaurantes, bailes, festas e exposições circenses. A despeito da modernização, as relações familiares continuavam a se pautar por um forte moralismo, tanto nas camadas ricas quanto nas mais pobres da sociedade. Assim que o namoro começava, o pai da jovem pressionava o rapaz, forçando uma definição dos propósitos da relação, principalmente em se tratando de uniões entre mulheres e homens de classes sociais diferentes.

A sociedade modernizava-se em todos os sentidos. No interior das fábricas, os anarquistas e socialistas vociferavam contra os maus-tratos dos patrões e as formas de exploração do trabalho. Os industriais modernos por sua vez, seguindo o exemplo de Roberto Simonsen, que retornava dos Estados Unidos no começo dos

anos 20, alteravam seus discursos. Passavam a aconselhar os seus pares a modernizar as relações de trabalho. Isso significava que deveriam tratar os operários como “cidadãos inteligentes” e não mais como escravos. Adeptos do taylorismo, método “científico” de racionalização do trabalho nascido nos Estados Unidos e difundido pelo mundo, defendiam que as fábricas fossem remodeladas e higienizadas, iluminadas, aparelhadas com refeitórios, banheiros e lavados decentes, de modo a criar no espírito do trabalhador as sensações de conforto, aconchego e paz necessários para eliminar a “lepra” da luta de classes.

Nesse contexto, com a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e à esfera pública em geral, o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido, ao lado de temas relacionados à sexualidade: adultério, virgindade, casamento e prostituição. Enquanto o mundo do trabalho era representado pela metáfora do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a “rainha do lar” e o “reizinho da família”. Diante do crescimento urbano vertiginoso de muitas cidades brasileiras, com um grande contingente de trabalhadores concentrados nos bairros operários, o mundo público acabou sendo considerado um espaço ameaçador para a moralidade das mulheres e das crianças.

Para muitos médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família. De que modo as mulheres que passavam a trabalhar durante o dia, ou mesmo parcialmente poderiam se ocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos: O que seria de nossas crianças, futuros cidadãos da pátria, abandonados nos anos mais importantes de formação de seu caráter? Tais observações levavam, portanto, à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais. As que pertenciam à elite e às camadas médias estavam certamente no centro dessas preocupações, sobretudo as jovens que iniciavam suas carreiras como médicas, advogadas, biólogas, pintoras, pianistas, mas também as trabalhadoras, mães dos futuros construtores da pátria, eram alvos do moralismo dominante. Cautelosas, as feministas, que iniciaram a divulgação de seus ideais na revista “A Mensageira”, publicada em São Paulo entre 1897 e 1900, podia-se perceber a defesa de um discurso que apontava para os benefícios do trabalho feminino fora do lar: uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais, certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno.

Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros [...] que é a bem da própria família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e de apoio seguro de uma educação bem feita [...] Uma mãe bem instruída, disciplina[...] funda no espírito de seu filho o sentimento da ordem [...] Uma mulher ignorante, ou fútil, não pode ser uma mãe perfeita. (BLAY, 2002:63)

O discurso liberalizante das feministas considerava, sobretudo, as dificuldades que as mulheres enfrentavam para ingressarem no mundo do trabalho, controlado pelos homens.

Considerações Finais

Ao ultimar este trabalho vale lembrar que na historiografia sobre a mulher, certos problemas são, contudo, bastante visíveis. Podemos destacar o que diz respeito aos documentos comumente utilizados. A informação documental disponível apresenta-se pouca, precária e, muitas vezes, repletas de fragmentos ou ocultamentos quando tratadas sob o ponto de vista masculinos. A tarefa da história das mulheres não seria a desconstrução dos discursos masculinos sobre as mulheres, mas, sim, a ultrapassagem da pobreza dos fatos que tornou a vida dessas atoras sociais tão descarnadas. O exame e a interpretação destes documentos faculta a realização de uma história relacional, uma história que envolve as aspirações e realizações, construções e derrotas femininas, marcando a produção historiográfica com a complexidade e a diversidade das experiências vividas pelas mulheres. Pois se sabemos que a diferença sexual funda o conhecimento e incita a pensar as diferenças, as vozes femininas na história talvez nos ajudem a responder se a igualdade entre homens e mulheres pode existir, em detrimento da diferença! Ou se o verdadeiro espaço da mulher não passa, exatamente, pela sua diferença, e sim pelo fato de ser mulher!

Por ainda existir silêncios e por esta história ainda está por ser feita e contada é que ela se faz tão necessária. Se há, ainda, tantas questões e perguntas é porque a história da mulher é, ainda, só delas. No entanto, sabemos e temos consciência de que o desafio se faz ainda maior... A História das Mulheres não deve ser só delas, todos os seres sociais, homens e mulheres, são responsáveis pelas relações que se estabeleceram e que vem se estabelecendo no decorrer do tempo.

Referências Bibliográficas

- BASSANEZI, Carla. "Mulheres dos anos dourados". In PRIORE, Mary Del, org. História das Mulheres no Brasil. 2ªed. São Paulo: Contexto, 1997.
- BLAY, Eva Altermam. (org) Da diferença à igualdade. In: *Igualdade de oportunidades para as Mulheres: Um caminho em construção*. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2002.
- COSTA, Albertina. Pesquisa sobre mulher no Brasil: Do Linho ao Gueto. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 54,1985.
- CHAÚÍ, Marilena. *Repressão sexual: Essa nossa (dês) conhecida*. Ed.: Brasiliense, 12ª edição, 1991.
- PERROT, Michelle. Práticas das Mulheres: vozes do silêncio. In FREITAS, Marcos Cezar, org. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, p. 237-35, 1998.
- PRIORE, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar; A Utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. 3ª ed., s.l., 1997.